



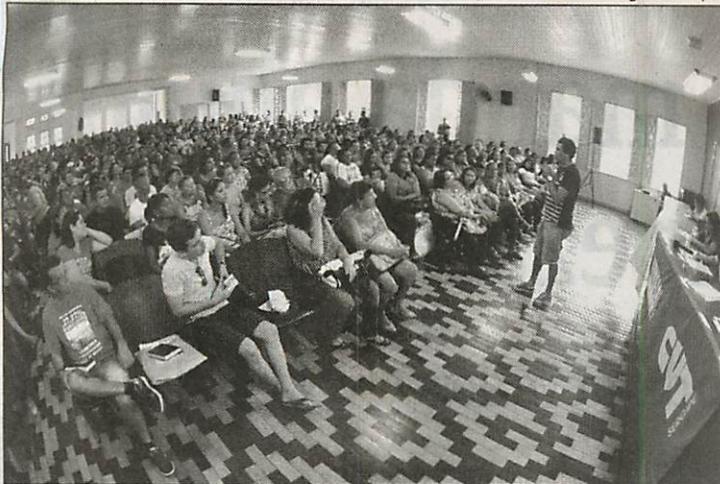
ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

B-4

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2013

JORNAL DA CIDADE

Jorge Henrique



André Moreira



DEPOIS de uma paralisação de 48 horas, os professores da rede estadual decidiram esperar audiência com o governo para uma nova avaliação

Professores ameaçam com greve na próxima semana

Categoria vai esperar novo contato com equipe financeira do governo

Greyc Andrade
DA EQUIPE JC

Os professores da rede estadual de ensino decidiram esperar até a próxima quarta-feira, 29, data em que está agendada uma nova audiência com o secretário de Estado da Educação, Belivaldo Chagas, para decidir se entrarão ou não em greve. A decisão foi tomada na tarde de ontem, em uma assembleia realizada com a categoria no Instituto Histórico de Sergipe. Na manhã de ontem, eles fizeram manifestação em frente à Sefaz.

“Belivaldo entrou em con-

tato com o Sintese e disse que conversou com a equipe econômica do Governo e, por isso, até a próxima semana vai haver uma nova audiência com o sindicato. A partir desse novo cenário, os professores decidiram se reunir na quarta-feira, às 15h no Instituto Histórico para deliberar caso o Governo apresente ou não a proposta. Caso não apresente a possibilidade de greve não está descartada”, informou Caroline Rejane, assessora do Sintese.

De acordo com o diretor de Comunicação do Sintese, Joel Almeida, os professores

tiveram uma audiência com o secretário de Estado da Educação (Seed), Belivaldo Chagas, na última quarta-feira. “Nessa audiência, Belivaldo disse mais uma vez para nós que não estava autorizado pelo Governo do Estado a negociar o piso com a categoria, mas felizmente nos comunicou sobre a nova audiência na semana que vem. Até agora não tivemos proposta nenhuma, a Secretaria não nos informou o que eles pretendem”, disse Joel.

Joel Almeida pontuou que o Sintese apresentou ao Ministério Público Estadual (MPE)

e ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE) algumas irregularidades na folha de paga pela Secretaria de Educação e pela Secretaria da Fazenda. “Nós identificamos uma série de irregularidades na folha de pagamento. Há distorções de valores que alguns meses chega até R\$ 33 milhões, muito destoante, demonstrando indícios fortes de produção de relatórios para inviabilizar a negociação salarial de servidores. Vamos solicitar aos órgãos que fiscalizem, investiguem e tomem providências com relação a esses dados”, enfatiza.